

Rebello, pelo primeiro secretário, Anabela da Conceição Marques Matos e pelo segundo secretário, Alvaro Manuel Centesio.

Presidente da Assembleia: José Luís Passos
1.º secretário: Anabela da Conceição Marques Matos
2.º secretário: Alvaro Manuel Costa Centesio

ATA N.º 106

Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e vinte^o reuniu em sessão ordinária a Assembleia Geral do Centro Social Polivalente de Ega, na nova sede, sita na Rua da Calçada n.º 20, Casal da Vila, Ega, Concelho de Condeixa-a-Nova, convocada para as vinte horas e trinta minutos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um - Relatório e Conta do exercício de dois mil e vinte;

- Apresentação e discussão;
- Leitura do parecer do Conselho Fiscal;
- Votação dos respetivos documentos;

Ponto dois - Processo de permuta do construído das piscinas com o Centro de Saúde - Ponto de situação;

Ponto três - Apresentação, discussão e votação de proposta para a celebração de contrato de comodato com a associação as UGAS - Associação Desportiva e Cultural de Ega, tendo como objetivo o imóvel (edifício, jardim e parque infantil), sito em Casal do Rosário, Ega, inscrito na respetiva matriz da freguesia de Ega sob o n.º 2816 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Condeixa-a-Nova sob o n.º 7348, também na freguesia de Ega.

Por não se encontrarem presentes, à hora marcada, a maioria dos sócios, com direito a voto a sessão teve início meia hora depois, nos termos do Artigo trigesimo primeiro - um dos Estatutos.

Tendo em conta a ausência da primeira secretária Bruna Filipa Pires dos Santos, foi eleito para o referido

lugar, nos termos do artigo vigésimo sexto, número três, dos estatutos a sãcia Lúcia Maria Monteiro Ferreira.

O Presidente da Assembleia deu início à sessão com a ratificação da Ata da reunião anterior, tendo sido aprovada por unanimidade.

De seguida o Presidente da Direcção saudou os sócios, informando-os de que estavam reunidos para dar cumprimento às obrigações legais da instituição.

Posto isto passou a palavra ao Contabilista Certificado da Instituição, Dr. José Pedro Nuno Antunes, para apresentação do Relatório de Contas do Exercício de dois mil e vinte.

O Dr. José Pedro iniciou a sua apresentação com a análise do Balanço, tecendo considerações sobre as seguintes rubricas: Ativos, salientando os investimentos realizados na aquisição de um gerador e de uma viatura; Ativos em Armazém e Créditos a Receber, e Passivo, onde destacou os subsídios de fábrias e os respetivos encargos.

Em relação aos capitais Próprios, a Gestão do ano de dois mil e vinte finalizou com gastos em matérias-primas de cento e noventa e seis mil, quatrocentos e oitenta e seis euros vírgula quatorze centimos (196.486,14€). Quanto a serviços externos destacou os custos com a conservação e reparação, vigilância e segurança e trabalhos especializados. Referiu também o grande aumento dos custos derivado à valência ERPI em dois mil e vinte, comparativamente a dois mil e dezanove devido ao facto do aumento da contratação de Pessoal, após esses com Pessoal que atingiram o valor de quinhentos e noventa mil e cinquenta e dois euros vírgula doze centimos (590.052,12€). Concluiu assim, que o total de Gastos do ano de dois mil e vinte foi de um milhão, vinte seis mil, oitocentos e dezanove euros vírgula setenta e dois centimos (1.026.819,50€) verificando-se um aumento de trezentos e vinte e três mil, duzentos e dezanove euros vírgula um centimo (323.219,01€) comparativamente ao ano de dois mil e dezanove, ou seja, mais quarenta e cinco

virgula noventa e quatro por cento.

Quanto aos Rendimentos destacou a Prestação de Serviços, os Subsídios à Exploração e Outros Rendimentos Destacou também os ganhos com a contribuição do ZERO virgula cinco por cento do IRS no valor de dois mil, quatrocentos e setenta e nove euros virgula sessenta e dois centimos (2.479,62€), do Bónus do fornecedor de Gás de seis mil, cento e cinquenta euros (6.150,00€) e das Doações efectuadas para a E.R.P.I. no valor de cinco mil, cento e oitenta euros virgula dezoito centimos (5.180,18€). As Reculturas, atingiram assim o montante global de um milhão, cento e quarenta e cinco mil, cento e quinze euros virgula vinte e dois centimos (1.145.115,22€) verificando-se um aumento em relação a dois mil e dezanove, no valor de setecentos e três mil, novecentos e quarenta e um euros virgula quarenta e sete centimos (703.941,47€), ou seja, mais sessenta e dois virgula sessenta e sete por cento.

Para terminar concluiu dizendo que o ano de dois mil e vinte comparativo com o de dois mil e dezanove foi realmente muito positivo, mas que temos que ter em conta que a E.R.P.I. avançou apenas a meio do ano de dois mil e dezanove.

Não havendo questões o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal Joaquim Rebelo Loureiro.

O Sr. Loureiro procedeu a leitura da Ata nº trinta e um, do Conselho Fiscal aprovando os documentos apresentados. Enfatizou o empenho da Direcção devido ao esforço e Resultados positivos.

Posto isto, o Presidente da Direcção passou a palavra à Diretora Técnica, Dr.ª Anabela da Conceição Marques Monteiro para apresentação do Relatório de Atividades, começando por fazer um pequeno parêntese para informar que a pandemia surgiu sete meses após o início de funcionamento da E.R.P.I. o que levou a grandes alterações, salientando o facto de que o maior flúto é a inexistência de qualquer caso de

COVID-19 entre os utentes.

A Diretora Técnica iniciou a sua intervenção apresentando as cinco áreas tratadas no Relatório de Atividade: - Recursos Humanos, Organização de Processos, Sócios e Comunidade, Funcionalidade e Recursos Materiais e por fim Utentes e Respostas Sociais.

No âmbito dos Recursos Humanos destacou a contratação de mais sete trabalhadores e de um técnico de Deveres e Direitos dos mesmos. Evidenciou o processo individual de utentes, processo este muito complexo que leva muito tempo a elaborar desde planos, metodologias, códigos de ética, etc. Referiu também que devido à pandemia não se puderam realizar todas as atividades previstas e que algumas sofreram alterações adaptadas à situação pandémica.

Quanto aos Sócios e Comunidade referiu o facto de termos mais sócios, que mantivemos as parcerias com as diversas entidades em projetos como Equipa de Intervenção Direta, PES, Cantina Social, PO AMPC e no âmbito do Rendimento Social de Inserção com acompanhamento de beneficiários em situação de carência económica. Mencionou as candidaturas aprovadas e em desenvolvimento como o projeto Adaptar Social+, CLDS 4G e Desafio Senior. Referiu ainda a candidatura ao projeto PARES ao qual ainda não obtivemos resposta. Termina assim, com uma avaliação positiva do ano de dois mil e vinte.

De seguida, o Presidente da Assembleia passou a votação do Relatório de Contas que foi aprovado por unanimidade, também foi aprovado por unanimidade o respetivo Relatório de Atividades.

Dando continuidade à ordem de trabalhos o Presidente da Assembleia passou ao ponto dois - Processo de permuta da construção das piscinas com o Centro de Saúde - Ponto de situação, passando a palavra ao Presidente da Direção.

O Sr. Presidente começou por dizer que o Dr. Manuel Branco lutou para que o complexo fosse do Centro Social

para depois o mesmo ser cedido aos UGAS. Perante a intervenção da Câmara Municipal de Condeixa-a Nova e face ao andamento do processo, propôs então a Direcção do Dr. Manuel Branco a permuta do complexo de piscinas, pertencente ao Centro Social, pelo edifício do Antigo Centro de Saúde localizado na Rua Professora José Maria Gaspáir pertença da Câmara Municipal.

Após todos estes anos, esta Direcção recebeu um ofício da Câmara Municipal a questionar se mantinha a mesma posição da Direcção anterior ou se, para solucionar este atraso do processo a actual Direcção fazia uma doação do referido complexo das piscinas à Câmara Municipal. Esta Direcção respondeu à Câmara Municipal que fazia a doação do referido complexo desde que, a mesma fizesse a doação do referido edifício do antigo Centro de Saúde ao Centro Social. Recebeu pois, já no mês de maio uma convocatória da Câmara Municipal a fim de reunir com o Presidente da Câmara para se chegar ao entendimento de uma minuta de permuta dos referidos edifícios. A Direcção fez-se representar na referida reunião com o SR. Presidente José Luis Rebelo, a SR^a Vice-Presidente Maria Helena Pereira e o Vogal Fernando Gonçalves, reunindo esta em que o SR. Presidente da Câmara Nuno Moita não esteve presente, estando presente as SR^{as} Advogadas, a SR^a Arquitecta-chefe e já quase no fim da referida reunião o SR. Vereador da Câmara António Ferreira. Após a explicação da minuta em que foi dado o valor de cento e cinquenta e nove mil euros (159.000,00€) ao referido Centro de Saúde e de cento e sessenta e nove mil euros (169.000,00€) ao Complexo das Piscinas, valor esse apurado por empresa independente, o SR. Presidente da Direcção propôs a compra do terreno do referido complexo das piscinas, proposta essa que foi imediatamente recusada.

O SR. Presidente da Direcção procedeu à leitura da proposta da minuta, em que na mesma é referido que o edifício

do antigo Centro de Saúde, ao ficar na posse do Centro Social de Espor deve apenas e só ser para manter as actividades que lá se desenvolvem actualmente, como por exemplo o CLDS 4G. Face a esta agenda o SR. Presidente da Direcção propôs que na referida minuta também ficasse uma agenda de que o complexo das piscinas teria de ser entregue para exploração dos UGAS, o que imediatamente foi recusado. Uma vez que o SR. Presidente da Câmara não esteve presente na reunião, a Direcção do Centro Social enviou-lhe um ofício a propor a referida agenda de exploração de ser entregue aos UGAS, ao qual aguarda resposta.

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao sócio Manuel Branco o qual referiu que, a proposta feita anteriormente deve ser analisada mas que não necessita de votação pois a mesma já tinha sido aprovada, mas que o Centro Social deveria falar com o advogado para perceber se pode ser efectuada a permuta, devido à escritura da mesma ser de um bem que não está legalizado.

De seguida o Presidente da Assembleia passou ao ponto três - Apresentação, discussão e votação de proposta para a celebração de contrato de comodato com a associação os UGAS, dando a palavra ao Presidente da Direcção. O SR. Presidente referiu que o contrato de comodato já foi anteriormente aprovado, mas os UGAS não o aceitaram devido ao trabalho de manutenção dos jardins. No entanto ainda bem que não aceitaram o referido contrato pois devido ao aparecimento da pandemia provocada por SARS-CoV-2 foi necessário utilizar as instalações para funcionamento do Centro de Dia.

O sócio Manuel Branco pediu a palavra e referiu estar satisfeito com a permuta e por os UGAS poderem usar o edifício, no entanto, devem ser feitos alguns afinamentos no estatuto dos UGAS tais como mandatos de dois anos, e que no património deve estar o princípio de reciprocidade em caso de extinção.

O sócio Rodolfo Silva pediu a palavra e mencionou que os estatutos dos UGAs são iguais aos do Centro Social em termos de reciprocidade e que os mandatos são de dois anos. Quanto ao contrato de comodato referiu que não existe interesse da parte dos UGAs em ficar com o jardim pois o mesmo só dá despesa e que, o Centro Social tem possibilidade de manter e bem o jardim. O SR. Presidente da Direcção referiu que compreende, mas que aqui não se põe a situação de separar infraestruturas. O SR. Presidente da Direcção referiu também que no atual contrato de comodato foram feitas algumas alterações a pedido, pelo advogado do Centro Social, nomeadamente acrescentada uma cláusula de prevenção em caso de força maior, tal como em pandemias como se verifica atualmente.

O presidente da Assembleia passou à votação do atual contrato de comodato, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

Por fim, o Presidente da Direcção informou os sócios do ponto de situação da instituição, de algumas melhorias que fizeram nomeadamente da instalação de cobertura para as viaturas, da reparação dos painéis solares que se encontravam sem funcionar, e que se estava a analisar a situação de ar condicionado para o edifício, uma vez que o projeto PARES está sem resposta. Referiu também que prevêm intervir no muro de acesso à cozinha, e que, quanto ao funcionamento da instituição nas várias valências estamos a chegar ao máximo de capacidade e também a voltar à normalidade.

Posto isto e por não haver mais nada a tratar o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão.

Da mesma de palavra a presente ata que vai ser assinada pela Mesa.

Presidente da Assembleia: Jorge Luminoso Soares
1º Secretário: Lúcia Maria Monteiro Felleiro
2º Secretário: Raquel Rebelo Paulino

Acenda à Ata

Na referência da Diretora Técnica faltou referir que nos Impressos e Documentos em uso, a Avaliação de diagnóstico, Programa de acolhimento, Relatório do Programa de acolhimento, Plano de desenvolvimento, Plano Individual, e nos Manuais, o Manual da Qualidade, Manual de Procedimentos e Instruções de Trabalho, Formas de Atuação em Situações de Emergência, Manual de Funções, Política de Privacidade de Dados, Manual de Acolhimento para Colaboradores, Manual de Acolhimento para Utentes, Planos de Boa Conduta - Prevenção e Combate ao Assédio no Local de Trabalho, Plano de Formação, Metodologia de Gestão de Reclamações, Gestão de Comportamento e Prevenção de Situações de Negligência e Maus Tratos, Código de ética e Conduta, Plano de Visitas e Plano de Contingência.